

Fabrício Souza Teixeira

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista
fabriciost.98@hotmail.com

Débora Aguiar Barbosa da Silva

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista
deboraluar31@gmail.com

Tatiane Ribeiro Pinheiro

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista
thatyribeiro@hotmail.com

Acesso à renda e Programas de Transferência Direta de Renda: um estudo sobre a realidade em Ibiassucê, Bahia

Resumo

Este estudo busca compreender o acesso à renda e os Programas de Transferência Direta de Renda em Ibiassucê, Bahia, visando analisar o impacto dessas iniciativas na redução da pobreza e no suporte às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como observar como se dá este processo. A pesquisa se fundamenta na análise detalhada de dados secundários do Cadastro Único em sites oficiais do governo, a saber: CECAD 2.0, IBGE, entre outros, além do Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê 2022/2025 e do Relatório Anual de Gestão 2022 da Secretaria Municipal de Assistência Social. A revisão da literatura aborda o papel dos programas de transferência de renda na promoção da inclusão social e na melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, contextualizando o cenário socioeconômico de Ibiassucê com ênfase nos desafios e oportunidades relacionados ao acesso à renda. O artigo também apresenta desafios socioterritoriais, como a escassez de oportunidades de emprego, a concentração de pobreza e as desigualdades no acesso ao trabalho. A introdução do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) enriquece a análise, fornecendo uma avaliação multidimensional das condições de vida e apontando áreas que requerem atenção prioritária em políticas públicas.

Palavras-chave: Acesso à renda, Programas de Transferência Direta de Renda, Desigualdades Socioeconômicas.

Abstract

INCOME ACCESS AND DIRECT INCOME TRANSFER PROGRAMS: A STUDY ON THE REALITY IN IBIASSUCÊ, BAHIA

This study aims to understand income access and Direct Income Transfer Programs in Ibiassucê, Bahia, focusing on analyzing the impact of these initiatives on poverty reduction and support for families in socio-economic vulnerability, as well as examining how this process unfolds. The research is based on a detailed analysis of secondary data from the Unified Registry on official government websites, such as CECAD 2.0, IBGE, among others, as well as the 2022/2025 Municipal Social Assistance Plan of Ibiassucê and the 2022 Annual Management Report of the Municipal Department of Social Assistance. The literature review addresses the role of income transfer programs in promoting social inclusion and improving the living conditions of the most vulnerable populations, contextualizing the socio-economic scenario of Ibiassucê with an emphasis on the challenges and opportunities related to income access. The article also presents socio-territorial challenges, such as the scarcity of job opportunities, the concentration of poverty, and inequalities in access to work. The introduction of the Family Development Index (FDI) enriches the analysis by providing a multidimensional assessment of living conditions and highlighting areas that require priority attention in public policies.

Key-words: Income Access, Direct Income Transfer Programs, Socioeconomic Inequalities.

1. Introdução

A questão do acesso à renda e da redução da pobreza é um tema de grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente em regiões com altos índices de vulnerabilidade. No Brasil, a pobreza é um problema estrutural que afeta milhões de pessoas, e que se manifesta de diversas formas, como a falta de acesso a serviços básicos, a precariedade das condições de moradia e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, os Programas de Transferência Direta de Renda (PTDR) têm se mostrado como uma importante ferramenta para a promoção da inclusão social e para o enfrentamento das desigualdades. Esses programas consistem em transferências diretas de recursos financeiros para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o objetivo de garantir o acesso a bens e serviços básicos, como alimentação, saúde e educação.

No entanto, apesar dos avanços obtidos com a implementação desses programas, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Um dos principais obstáculos é a falta de informação e de acesso aos programas, especialmente em regiões mais afastadas e com menor infraestrutura. Além disso, a burocracia para se inscrever nos programas e a dificuldade de manter as condicionalidades exigidas podem dificultar o acesso aos benefícios.

Diante desse cenário, é fundamental compreender o impacto dos PTDR e do acesso a benefícios sociais em municípios específicos, como é o caso de Ibiassucê. A análise dos dados do Cadastro Único e a realização de pesquisas de campo podem fornecer informações valiosas sobre os principais programas em vigor, seu impacto na localidade e os desafios e oportunidades para aprimorar tais iniciativas.

A escolha do município de Ibiassucê para a realização desta pesquisa se justifica pela sua significativa vulnerabilidade socioeconômica, com alta porcentagem da população vivendo em condições de pobreza e extrema pobreza, conforme os dados do Cadastro Único. Além disso, Ibiassucê enfrenta desafios estruturais, como a escassez de oportunidades de emprego e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, como é apresentado pelo Índice de Desenvolvimento da Família, o que torna a análise dos Programas de Transferência Direta de Renda especialmente relevante.

A disponibilidade de dados de fontes oficiais, como o IBGE e a Secretaria Municipal de Assistência Social, que incluem estudos diagnósticos sobre a realidade local, permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e econômicas no território. Ademais, Ibiassucê é o município de residência de um dos autores, o que proporciona uma perspectiva mais próxima e um entendimento mais profundo das questões enfrentadas pela comunidade.

Assim, este estudo busca contribuir para o entendimento do acesso à renda em Ibiassucê por meio da análise dos dados e da revisão da literatura, para que se possa assim fornecer importantes reflexões para aprimorar o conhecimento e a disseminação de informações sobre os PTDR e fortalecer as ações voltadas à redução da pobreza e à promoção da igualdade social.

O presente artigo se inicia com a introdução do estudo na qual aborda a importância do acesso à renda e dos Programas de Transferência Direta de Renda na redução da pobreza e na promoção da inclusão social em Ibiassucê.

Também destaca os desafios enfrentados, como a escassez de oportunidades de emprego e as desigualdades no acesso ao mercado de trabalho.

O documento inclui um perfil socioeconômico de Ibiassucê, abordando o acesso à renda por meio dos programas de transferência direta, o impacto desses programas na redução da pobreza e o contexto socioeconômico específico da região. Além disso, explora o papel dos PTDR na promoção da inclusão social e destaca os desafios e oportunidades relacionados ao acesso à renda. O documento utiliza dados secundários do Cadastro Único disponíveis no Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê 2022/2025 e no Relatório Anual de Gestão 2022 para embasar a análise.

As considerações finais sintetizam os principais resultados, destacam as contribuições do estudo, além de oferecer recomendações fundamentadas para políticas públicas e pesquisas futuras. Por fim, o artigo encerra com uma seção de referências, consolidando as citações e referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho.

2. Perfil socioeconômico

2.1 O acesso à renda através dos Programas de Transferência Direta de Renda

O acesso à renda tem se tornado uma questão central no debate sobre a equidade e dignidade social e a redução da pobreza. Em muitos países, os Programas de Transferência Direta de Renda têm se tornado uma abordagem fundamental para enfrentar esse desafio, sendo muitas vezes a fonte de sustento para populações vulneráveis. Gomes (2017), destaca que,

essas políticas foram amplamente adotadas nos últimos anos como o meio mais eficaz de luta contra a pobreza em diversos países em desenvolvimento. Entre suas características principais destaca-se I) uma transferência direta de dinheiro; II) um público-alvo definido e III) um sistema de vigilância eficaz. Além disso, uma vez colocadas em prática, afetam pouco os orçamentos governamentais e são relativamente fáceis de administrar, quando considerada a extensão da sua aplicação nos municípios brasileiros e sua distribuição, através da utilização das redes bancárias (GOMES, 2017, p. 58).

Com isso é possível operacionalizar estes programas de forma eficiente, a ponto de oportunizar a muitas famílias brasileiras o direito à dignidade e à equidade social, facilitando o caminho para a redução da pobreza. Ainda pode-se dizer que estas políticas representam uma estratégia viável e eficiente na busca por soluções para o problema da pobreza, especialmente em contextos de países em desenvolvimento.

Os PTDR têm como objetivo fornecer recursos financeiros diretamente às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, sem intermediação burocrática excessiva, para que assim as famílias possam ter alívio imediato da pobreza.

Esses programas têm variações em sua implementação, mas, em sua essência, visam a melhorar as condições de vida das pessoas vulneráveis. Além disso, esses programas têm o intuito de garantir um mínimo de segurança econômica para os beneficiários, ajudando a mitigar os efeitos da pobreza extrema e contribuindo para a redução das disparidades de renda no país.

A nota técnica do IPEA (2006) ressalta que a criação de programas federais de transferência de renda foi uma das mais importantes novidades ocorridas na política social brasileira na última década. Visando garantir uma renda mínima à população pobre, esses programas alcançam principalmente aquelas famílias cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa e participam – ou desejam participar – do mercado de trabalho (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011, p. 271).

Com isso, destaca-se a importância dos programas federais de transferência de renda como uma inovação significativa na política social brasileira. Entretanto, é importante reconhecer que os PTDR não são uma solução única para todos os problemas relacionados à pobreza e desigualdade. Embora sejam eficazes em muitos casos, sua implementação deve ser cuidadosamente planejada e acompanhada de políticas complementares para abordar as causas subjacentes da pobreza.

Além disso, a sustentabilidade dos PTDR é uma consideração importante a se considerar. Dependendo da estrutura do programa, pode haver desafios financeiros a longo prazo: é essencial criar medidas que garantam a continuidade e a eficácia desses programas ao longo do tempo.

Para concluir este ponto, observa-se que o acesso à renda em Ibiassucê é influenciado por diversos fatores socioeconômicos, sendo essencial a

análise dos PTDR para compreender seu impacto nas famílias vulneráveis. Na próxima subseção, será abordado o contexto econômico de Ibiassucê, destacando as características socioeconômicas do município e como esses fatores interagem com os programas citados acima.

2.2 O contexto socioeconômico de Ibiassucê, Bahia

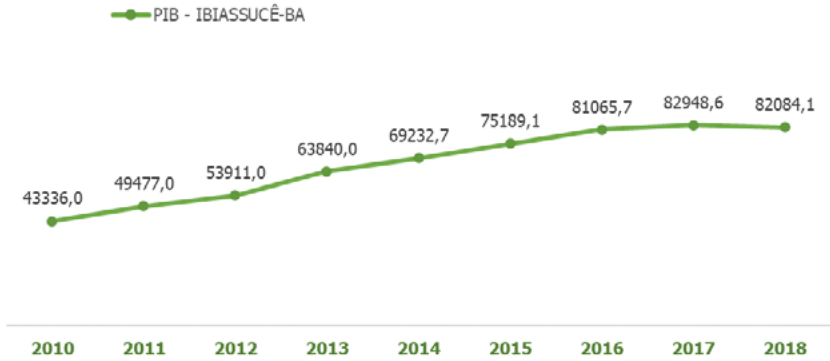
Analisando os dados do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, nota-se, entre os aspectos econômicos, que o crescimento expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2010 e 2018 destaca a melhoria na dinâmica econômica do município. O gráfico 1 foi retirado do PMAS e mostra a evolução do PIB, no período de tempo de oito anos, conforme dados fornecidos pelo IBGE 2021.

Os números mostram um aumento de 89,4% do PIB total de Ibiassucê, superando o crescimento do estado da Bahia, que foi de 85,4%, conforme dados da SEI Bahia de 2010 a 2018 que indicam um desenvolvimento econômico robusto no período analisado.

Esse crescimento também é evidenciado no PIB *per capita*, que dobrou entre 2010 e 2018, alcançando um aumento percentual de 102,5%. O gráfico 2, retirado do PMAS, revela essas informações.

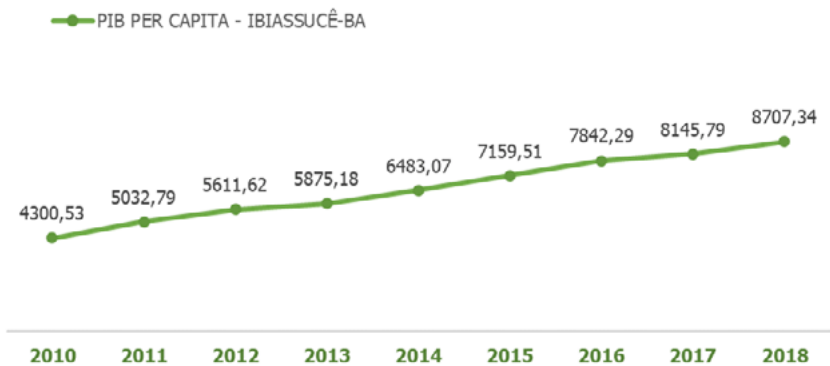
Em 2021, o último PIB *per capita* registrado no site do IBGE, no período de construção desta pesquisa, registrou um valor de R\$11.182,71, aumentando no período de 2018 para 2021 um total de R\$2.475,37.

Gráfico 1
EVOLUÇÃO DO PIB TOTAL DE IBIASSUCÊ ENTRE 2010 E 2018



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, BA, dados do IBGE (2021).

Gráfico 2
EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DE IBIASSUCÊ ENTRE 2010 E 2018 E 2021



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, BA, dados do IBGE (2021).

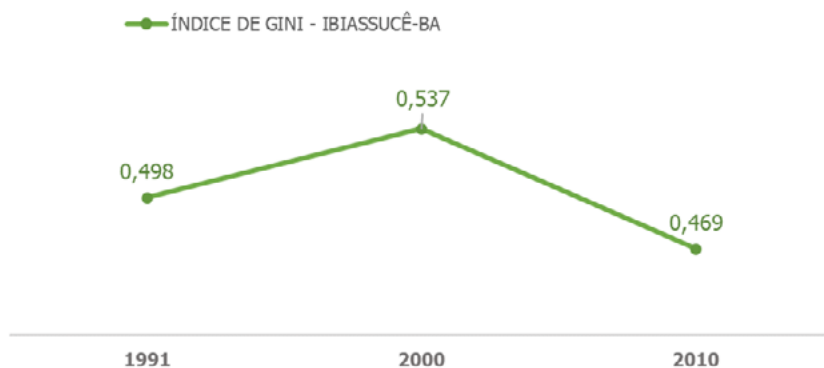
Mesmo observando um aumento do PIB, vale lembrar que o acesso à renda para os cidadãos acontece em diferentes proporções e que, ao abordar as desproteções e vulnerabilidades, observa-se que a melhoria

econômica não se refletiu uniformemente na distribuição dessa renda. O município enfrentou desafios relacionados à pobreza e à desigualdade, como evidenciado pela análise dos indicadores socioeconômicos apresentados no documento institucional da prefeitura de Ibiassucê, o PMAS.

A proporção de famílias pobres, embora tenha reduzido, ainda é significativa. Além disso, a análise do Índice de Gini revela uma queda na desigualdade de renda ao longo das décadas, mas ainda existe espaço para melhorias. O gráfico 3, retirado do mesmo documento, revela esse percentual.

Gráfico 3

ÍNDICE DE GINI DAS ÚLTIMAS DÉCADAS SEGUNDO O PORTAL ODM IBGE 2010



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, BA, dados do IBGE (2010) e portal ODM (2021).

Como é apresentado no gráfico 3, de acordo com as orientações do IBGE, quanto mais próximo de zero, significa que existem menos desigualdade e pobreza: o gráfico revela que, no espaço de tempo de 1991 a 2010, em Ibiassucê, houve, em 2000, um pico elevado de desigualdade, atingindo nesse período um valor de 0,537. Devido a recente atualização do Censo 2022 nos sistemas de informações do IBGE, ainda não foi possível consultar as novas atualizações do índice de Gini por município. Vale destacar que

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto,

apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária (CAMPELLO et al., 2018, p. 55).

Isso sugere que a avaliação da desigualdade pode não capturar completamente a complexidade do problema, uma vez que outros fatores importantes, como acesso a serviços públicos, educação, saúde e oportunidades, podem não ser totalmente considerados.

Um grande sistema que favorece o levantamento de dados e a construção de diagnósticos sobre acesso à renda em Ibiassucê é o sistema que operacionaliza as informações do Cadastro Único, que disponibiliza dados importantes do município para traçar o perfil socioeconômico, representando uma parte significativa da população.

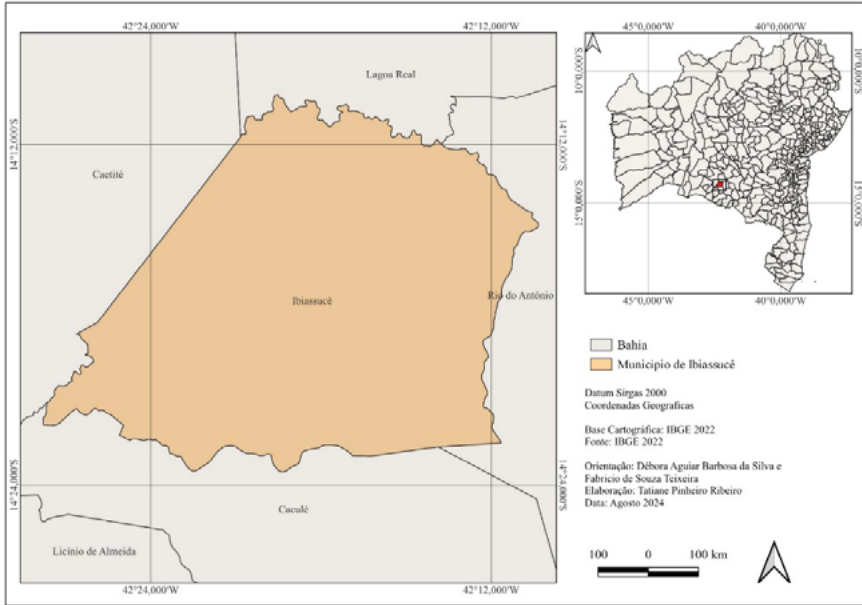
Esse cadastro contém informações importantes para que as famílias em situação de vulnerabilidade possam se inscrever com o intuito de obter acesso a programas sociais, tais como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Tarifa social para descontos na conta de energia elétrica, o Carteira do Idoso, o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) e diversas outras iniciativas voltadas para auxiliar essas famílias, sendo, assim, um cadastro bem demandado.

De acordo aos dados do Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, CECAD 2.0, em Ibiassucê, no mês de fevereiro existia um total de 8.103 pessoas que compõem 3.213 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo que, desse total, 1.376 (43%) são famílias em situação de pobreza, 695 (22%) são famílias de baixa renda e 1.142 (36%) são famílias acima de ½ salário-mínimo.

3. Procedimentos metodológicos

O presente estudo focou na realidade do município de Ibiassucê, localizado no estado da Bahia, com distância da capital Salvador, passando pelas rodovias BA-617, BR-030, BA-026, BR-116 e BR-324, de cerca de 626 km. O município se localiza na mesorregião do Centro Sul-Baiano, na microrregião de Guanambi, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024). O mapa 1 apresenta a localização do município no Estado da Bahia.

Mapa 1 LOCALIZAÇÃO DE IBIASSUCÊ NO ESTADO DA BAHIA



Fonte: IBGE (2022), organizado e elaborado pelos autores.

Considerando a regionalização por Territórios de Identidade, adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, alterada posteriormente pela Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, o município de Ibiassucê está no Território Sertão Produtivo, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Para desenvolver este estudo foram consultados autores que abordam temas como acesso à renda, Programas de Transferência Direta de Renda e seu impacto na sociedade. Foram utilizadas, também, cartilhas e informações dos sites do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Utilizou-se ainda dados secundários dos seguintes sites: IBGE, CECAD 2.0, VIS DATA, entre outros. Também foram consultados documentos institucionais da Prefeitura Municipal de Ibiassucê, mais precisamente da Secretaria Municipal de Assistência Social, como o Plano Municipal de

Assistência Social - 2022/2025 e o Relatório Anual de Gestão - 2022. Estes dois documentos apresentam um panorama fidedigno do município, no que tange às informações fornecidas pelo cadastro único e demais sistemas Federais e Estaduais da população de Ibiassucê.

As contribuições dos autores foram fundamentais para o embasamento teórico da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, como apontada por Amaral (2007),

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

Portanto, o estudo bibliográfico é uma fase essencial para qualquer pesquisa científica, contribuindo significativamente para a qualidade, robustez e direcionamento adequado do trabalho.

4. Acesso à renda em Ibiassucê: Análise dos dados do Cadastro Único e principais programas atuantes no município

Como foi apresentado anteriormente, o Cadastro Único no município de Ibiassucê desempenha um papel importante enquanto mapeamento de informações para identificação das famílias com baixa renda no município. Além disso, segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e o que elas precisam para melhorar suas vidas.

No tocante ao acesso à renda, o Cadastro Único permite às famílias de baixa renda, através da inscrição, receber benefícios sociais. Os benefícios variam de acordo com cada família cadastrada e seu perfil econômico. Segundo Direito e Koga (2020):

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi criado pelo Decreto nº 6.135, de 25 de junho de 2007, com dois objetivos principais: identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento da população de baixa renda (DIREITO; KOGA, 2020, p. 1287).

Para inscrição no Cadastro Único os dados são colhidos através de entrevista realizada pelo entrevistador social, durante a qual as pessoas fornecem informações sobre sua família de forma auto declaratória. Isso coloca em jogo a veracidade das informações quanto à realidade de cada família, pois muitas das vezes as informações são alteradas de acordo com a intenção da pessoa que está sendo entrevistada. Em contrapartida, o governo tem investido em sistemas inteligentes para cruzar informações relacionadas à renda para que a base de dados do Cadastro Único possa ser mais assertiva de acordo com a realidade de cada família.

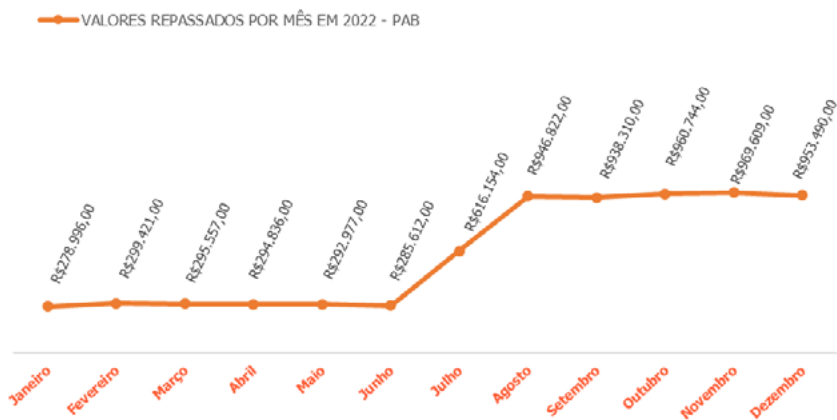
Levando em consideração que o programa Bolsa Família compõe o rol de benefícios do Cadastro Único, pode-se dizer que este tem contribuído significativamente para o acesso à renda de muitas famílias do município. Segundo o Relatório do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no mês de fevereiro de 2024, o município de IBIASSUCÊ/BA teve 1.550 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 4.251 pessoas beneficiadas, o que totaliza um investimento de R\$ 1.006.018,00 e um benefício médio de R\$ 649,04.

Analisando o Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2022 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ibiassucê, que apresenta informações financeiras de repasse direto de valores às contas dos beneficiários, o atual Programa Bolsa Família (PBF) se chamava Programa Auxílio Brasil (PAB), e, nesse documento, pode-se observar que foram repassados, durante todo o ano de 2022, um valor total de R\$ 7.132.528,00 para 1.583 famílias beneficiárias (gráfico 4).

Observa-se que a partir do mês de julho os valores subiram consideravelmente, movimento este atrelado ao fim do Programa Auxílio Brasil e à instituição do novo Programa Bolsa Família, através da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Com isso, os valores passam de um piso de R\$400,00 para um piso de R\$600,00.

Gráfico 4

VALORES REPASSADOS AO MÊS DO PAB REFERENTE O ANO DE 2022



Fonte: Relatório Anual de Gestão da Assistência Social (RAG) (2022) de Ibiassucê, BA, dados VIS Data (2022).

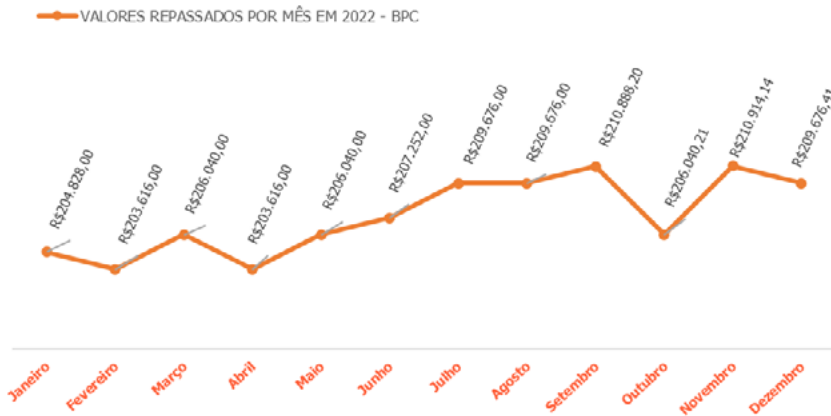
No relatório é também possível observar, dentre os benefícios que compõem o Cadastro Único, o Benefício de Prestação Continuada (BPC LOAS), que tem sido outro grande influenciador para o acesso à renda e a movimentação financeira no município. Segundo o RAG,

o Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, essa condição precisa ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (IBIASSUCÊ-RAG, 2023, p. 143).

O documento revela que cerca de 173 pessoas eram beneficiárias do BPC em 2022, sendo que 45 na modalidade pessoa idosa e 128 na modalidade pessoa com deficiência. Durante o ano de 2022 esses beneficiários receberam um total de R\$2.488.263,16, ou seja, quase dois milhões e meio transferidos diretamente às contas das pessoas beneficiárias de Ibiassucê. O gráfico 5, retirado do RAG 2022, apresenta os valores repassados por mês.

Gráfico 5

VALORES REPASSADOS AO MÊS DO BPC LOAS REFERENTE O ANO DE 2022



Fonte: Relatório Anual de Gestão da Assistência Social (RAG) (2022) de Ibiassucê, BA, dados VIS Data (2022).

A análise destaca a importância dos programas sociais em Ibiassucê, especialmente o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC LOAS), como elementos fundamentais no acesso à renda para a população de baixa renda. Esses programas desempenham um importante papel na mitigação da vulnerabilidade econômica, contribuindo significativamente para melhorar as condições de vida e a inclusão social dessa população no município.

5. Desafios e oportunidades socioterritoriais em Ibiassucê: uma análise do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) e dos obstáculos para o acesso à renda

Segundo o PMAS 2021, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) é um indicador que foi aplicado em Ibiassucê no ano de 2021 com o objetivo de avaliar e monitorar o desenvolvimento das famílias no município. Este índice foi criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, utilizando informações disponíveis do questionário básico da

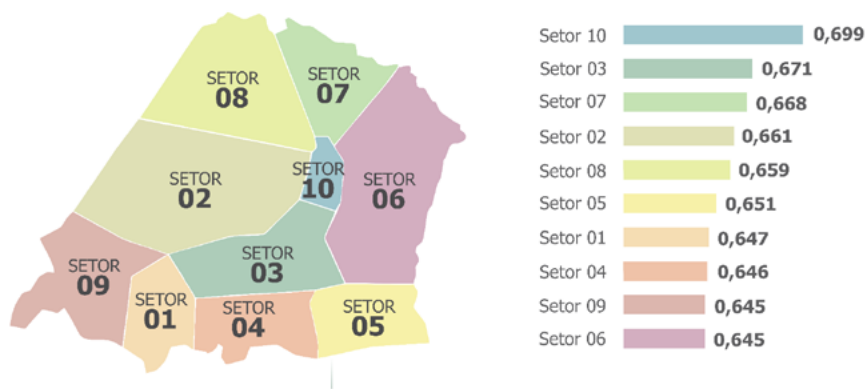
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e adaptado para ser utilizado com dados do Cadastro Único. Segundo Barros; Carvalho; Franco (2003):

Na versão adaptada à PNAD, o IDF é composto, ao todo, por 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Tudo se passa como se fizessemos 48 perguntas às famílias, as quais devem responder sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para aquelas famílias na pior situação possível) e 1 (para as famílias na melhor situação possível) (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 08).

Segundo o PMAS, em Ibiassucê o IDF foi desenvolvido através de setores geográficos, utilizados para avaliar e comparar o desenvolvimento das famílias em diferentes partes do município, permitindo uma análise mais detalhada e específica das condições de vida em cada região. Essa divisão em setores possibilita identificar disparidades, necessidades específicas e áreas que requerem atenção prioritária em termos de políticas públicas e programas de assistência social. “A SMAS adotou a divisão por setores de comunidades rurais tal qual a Paróquia São Sebastião utiliza, compreendendo que as características sócio-culturais das localidades se assemelhavam conforme o setor” (IBIASSUCÊ-PMAS, 2021, p. 33).

A figura 1 apresenta a organização funcional desses setores na área de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 1
SETORES DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO - IBIASSUCÊ, 2020



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucê, BA.

Analisando o documento, pode-se dizer que o IDF é uma ferramenta que busca superar as limitações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores tradicionais, oferecendo uma abordagem mais abrangente e multidimensional para avaliar a situação das famílias. Ele considera diversas dimensões, como acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais, proporcionando uma visão mais completa do bem-estar das famílias em Ibiassucê como é apresentado no documento. Sobre o acesso à renda em relação ao IDF, Francelino (2012) coloca que:

A disponibilidade de recursos é outra dimensão presente na construção do IDF, pois para garantir a satisfação das necessidades básicas de uma família, também deve-se levar em conta o acesso a recursos. Dessa forma, entender como se dimensiona a renda dentro do âmbito familiar é de grande centralidade posto que, na sociedade capitalista, de alguma forma a satisfação das necessidades passa pelo componente de renda, mesmo considerando que a satisfação das necessidades ultrapassa o aspecto monetário (FRANCELINO, 2012, p. 75).

Ao se analisar o IDF, é possível identificar as áreas em que as famílias estão enfrentando maiores desafios e necessitam de apoio, bem como as áreas que apresentam melhores indicadores de desenvolvimento. Isso permite que as políticas públicas e os programas de assistência social

sejam direcionados de forma mais eficaz para atender às necessidades específicas das famílias em situação de vulnerabilidade no município.

Com isso é possível dizer que o IDF em Ibiassucê representa uma importante ferramenta de avaliação e planejamento, contribuindo para a promoção do desenvolvimento humano e social das famílias, além de auxiliar na identificação de áreas prioritárias para intervenções e investimentos que visem melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades na região. A tabela 1 foi retirada do PMAS 2022-2025 e mostra as dimensões e suas pontuações.

Os dados do IDF em Ibiassucê, focando nos indicadores de vulnerabilidade (D1), acesso ao trabalho (D3) e disponibilidade de recursos (D4), revelam disparidades notáveis entre os setores. O Setor 3 se destaca com o maior índice de vulnerabilidade (D1), de 0,781, o que sugere que, apesar de enfrentar desafios significativos em outras áreas, as famílias desse setor estão relativamente menos vulneráveis em comparação com outros setores. Em contraste, o Setor 8 apresenta o menor índice de vulnerabilidade (0,737), indicando uma maior exposição a riscos socioeconômicos, apesar de seu desempenho razoável em outros indicadores.

No que se refere ao acesso ao trabalho (D3), o Setor 10 apresenta o índice mais elevado (0,316), sugerindo que os habitantes desse setor têm melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, em comparação com outros setores. No entanto, o Setor 1 demonstra um grande desafio nesse aspecto, com o menor índice de acesso ao trabalho (0,269), o que pode indicar uma carência de empregos ou dificuldades em termos de qualificação profissional ou acessibilidade ao trabalho. Este fator é crítico, pois a falta de acesso ao trabalho está diretamente relacionado à manutenção da vulnerabilidade socioeconômica das famílias.

Com base no indicador de disponibilidade de recursos (D4), o Setor 7 tem o maior índice (0,529), o que indica uma melhor provisão de recursos essenciais, como serviços públicos e infraestrutura, o que pode contribuir para uma maior resiliência socioeconômica das famílias. Por outro lado, o Setor 4 apresenta o menor índice nesse aspecto (0,453), sugerindo uma possível escassez de recursos que pode comprometer a qualidade de vida dos habitantes.

Tabela 1
PONTUAÇÕES DO IDF NAS DIMENSÕES POR SETOR DO MUNICÍPIO DE IBIASSUCÉ, 2021

| SETOR | D1 - Indicadores de vulnerabilidade | D2 - Indicadores de acesso ao conhecimento | D3 - Indicadores de acesso ao trabalho | D4 - Indicadores de disponibilidade de recursos | D5 - Indicadores de desenvolvimento infantil | D6 - Indicadores de condições habitacionais | IDF geral |
|-----------|-------------------------------------|--|--|---|--|---|-----------|
| Setor 1 | 0,769 | 0,564 | 0,269 | 0,508 | 0,954 | 0,818 | 0,647 |
| Setor 2 | 0,745 | 0,636 | 0,280 | 0,524 | 0,955 | 0,829 | 0,661 |
| Setor 3 | 0,781 | 0,620 | 0,282 | 0,485 | 0,964 | 0,893 | 0,671 |
| Setor 4 | 0,772 | 0,605 | 0,275 | 0,453 | 0,950 | 0,818 | 0,646 |
| Setor 5 | 0,757 | 0,651 | 0,283 | 0,474 | 0,949 | 0,794 | 0,651 |
| Setor 6 | 0,760 | 0,604 | 0,274 | 0,480 | 0,950 | 0,805 | 0,645 |
| Setor 7 | 0,760 | 0,607 | 0,296 | 0,529 | 0,957 | 0,858 | 0,668 |
| Setor 8 | 0,737 | 0,627 | 0,304 | 0,534 | 0,948 | 0,802 | 0,659 |
| Setor 9 | 0,755 | 0,596 | 0,264 | 0,502 | 0,960 | 0,790 | 0,645 |
| Setor 10 | 0,744 | 0,663 | 0,316 | 0,526 | 0,950 | 0,995 | 0,699 |
| MUNICÍPIO | 0,758 | 0,617 | 0,284 | 0,501 | 0,954 | 0,840 | 0,659 |

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2022/2025 de Ibiassucé, BA, dados do Cadastro Único (Julho, 2021).

Baseando-se no Plano Municipal de Assistência Social de Ibiassucê para o período de 2022 a 2025, através do mapeamento do IDF emerge uma análise crítica dos desafios que permeiam o acesso à renda na localidade. A escassez de oportunidades de emprego, um dos obstáculos identificados, configura-se como uma preocupação central, conforme atestado no documento. Tal deficiência no mercado de trabalho pode resultar em dificuldades econômicas para as famílias, ampliando a vulnerabilidade financeira e social que permeia a localidade.

Outro aspecto de relevância expressa-se na constatação de que uma parcela significativa da população ibiassuceense vive em condições de pobreza e extrema pobreza, conforme evidenciado pelo Cadastro Único. Essa realidade aponta para a necessidade premente de abordagens que possam mitigar os desafios enfrentados por essas famílias, cuja renda *per capita* limitada dificulta a consecução de necessidades básicas.

A análise dos gráficos presentes no PMAS também destaca desigualdades notáveis no acesso ao trabalho nos diferentes setores do município. Observa-se que alguns setores desfrutam de melhores condições de ocupação em termos de formalidade e remuneração, enquanto outros enfrentam pontuações mais baixas, sugerindo disparidades significativas. Essa desigualdade de acesso a oportunidades dignas e bem remuneradas ressalta a importância de estratégias direcionadas para promover equidade no mercado de trabalho local.

Além disso, as limitações na disponibilidade de recursos, evidenciadas pela pontuação mais baixa em determinados setores, indicam que algumas famílias em Ibiassucê enfrentam dificuldades para acessar recursos financeiros e materiais essenciais para garantir seu bem-estar e sustento. Essa dimensão acentua a necessidade de medidas que visem a melhorar a distribuição de recursos e promover a inclusão socioeconômica.

Em síntese, os desafios identificados para o acesso à renda em Ibiassucê revelam uma complexa interconexão entre questões de emprego, pobreza, desigualdade e disponibilidade de recursos.

6. Considerações finais

O estudo realizado sobre o acesso à renda e aos programas de transferência direta de renda em Ibiassucê, Bahia, revelou importantes dados sobre a realidade socioeconômica do município e o impacto dessas iniciativas na redução da pobreza e no suporte às famílias vulneráveis. A análise dos dados do Cadastro Único e a revisão da literatura permitiram uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades enfrentados pelo município.

Ficou evidente que os Programas de Transferência Direta de Renda desempenham um grande peso na promoção da inclusão social e no fornecimento de sustento para as populações mais vulneráveis em Ibiassucê. No entanto, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à escassez de oportunidades de emprego e às desigualdades no acesso ao mercado de trabalho.

A constatação de que uma parcela significativa da população local vive em condições de pobreza e extrema pobreza reforça a urgência de medidas que possam mitigar esses desafios e garantir o acesso a recursos essenciais para o bem-estar e o sustento das famílias. A complexa interconexão entre questões de emprego, pobreza, desigualdade e disponibilidade de recursos destaca a necessidade de estratégias integradas e direcionadas para promover a equidade e a inclusão socioeconômica no município.

Diante disso, recomenda-se que políticas públicas e ações governamentais sejam direcionadas para fortalecer os programas de transferência de renda, ampliar as oportunidades de emprego e melhorar a distribuição de recursos. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas futuras para monitorar o impacto das iniciativas implementadas e identificar novas estratégias para enfrentar os desafios socioeconômicos em Ibiassucê.

Em suma, este estudo contribui para o entendimento do acesso à renda e para a conscientização da importância de estratégias de promoção da igualdade social e do desenvolvimento sustentável em Ibiassucê. Espera-se que as recomendações apresentadas neste estudo possam orientar ações efetivas e colaborativas para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades locais.

Referências

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: < <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> >. Acesso em: 06 de março de 2024.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. IPEA, 2003. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2946/1/TD_986.pdf >. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **CECAD 2.0**. Disponível em < <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#> > Acesso em: 05 de março de 2024.

BRASIL. **Portal Cidades IBGE**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ibiassuce/panorama> >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

CAMPELLO, Tereza et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 54-66, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xNhwkBN3fBYV9zZgmHpCX9y/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 05 de março de 2024.

DIREITO, Denise do Carmo; KOGA, Natalia Massaco. Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do Cadastro Único. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1286-1306, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rap/a/hN7JX7kx6gFLSN38NZmwtDn/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 10 de março de 2024.

FRANCELINO, L, R, M. **O índice de desenvolvimento da família como função controle para política pública de assistência social**. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2012.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. **Cadernos UniFOA**, v. 6, n. 15, p. 57-68, 2017. Disponível em: < <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/1039/913> >. Acesso em: 07 de março de 2023.

IBIASSUCÊ. Sistema Único de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social- 2022/2025**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gestão do SUAS, Ibiassucê-BA, 2021. Disponível em: < <https://sendo.brasilpublicacoes.com.br/publicacoes/edicoes/FE80C4-9F306B-3CB869-8B8A40.pdf> >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

IBIASSUCÊ. Sistema Único de Assistência Social. **Relatório Anual de Gestão - 2022**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Gestão do SUAS, Ibiassucê-BA, 2023. Disponível em: < <https://sendo.brasilpublicacoes.com.br/download.php?file=publicacoes/edicoes/5AA219-BBD130-280A89-AF23A0.pdf> >. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA**, v. 65, p. 267-288, 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbe/a/zrzGGrMjQGqTyJq3BNC9VVy/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 15 de março de 2023.

SAGI. **Relatórios de Informações Sociais**. Ministério da Cidadania. Disponível em < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> >. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

Recebido em 22/08/2024

Aceito em 05/09/2024